

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Compras.gov.br nº 90024/2026 – UASG nº 925509
Processo nº 2025-539

AMPLA CONCORRÊNCIA

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, por intermédio do pregoeiro designado pela **Portaria nº 1.424/2025** de 27/03/2025, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7.749 de 31/03/2025, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidos os preceitos da Lei 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 29/05/2026

Horário: 10h00 (horário de Brasília)

Local: www.gov.br/compras/pt-br

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

2.2. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da CPL - Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizada na Rua Desembargador Jorge Araken, s/nº, Via Verde, CEP 69.915-631, Rio Branco - AC, telefone - (0xx) 68-3212-8280, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 14h00min, e poderão ser consultados pelos sites: www.tjac.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br/.

2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Tribunal.

2.4. É facultado ao pregoeiro proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da Proposta e da Habilitação.

2.5. Integram o presente edital, como ANEXOS, e independente de transcrição, os documentos seguintes:

APÊNDICE I	Formulário de Proposta de Preços
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta de Contrato

2.6. O contrato (anexo II) deverá ser assinado eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no **Sistema Eletrônico**, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei 14.133/2021**, e em outras legislações aplicáveis.

2.6.1. O prazo de convocação acima **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período**, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

2.6.2. Para poder efetivar a assinatura eletrônica do instrumento contratual, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico deste Tribunal.

2.6.3. Caso não possua o referido cadastro, será enviado link de página da internet, para o e-mail do responsável pela assinatura do instrumento contratual, como forma de se implementar a assinatura eletrônica.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços contínuos, com alocação de mão de obra efetiva, decorrente da ativação de postos de trabalho nas categorias de Carregador, Garçom e Montador de Móveis**, para atender às necessidades das unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, tanto na Capital quanto nas Comarcas do interior, **pelo período de 12 (doze) meses**, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e uniformes necessários à perfeita execução das atividades, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será realizada em grupo único, devendo a licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõe.

3.3. Quantidade máxima para contratação do objeto ora licitado:

GRUPO 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Prestação de serviços de Garçom, mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para a Sede Administrativa do TJAC.	Posto	05	4.555,24	22.776,20	273.314,40
2	Prestação de serviços de Carregador, mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Cruzeiro do Sul/AC.	Posto	02	4.527,91	9.055,82	108.669,84

3	Prestação de serviços de Carregador, mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Mâncio Lima/AC	Posto	01	4.120,84	4.120,84	49.450,08
4	Prestação de serviços de Carregador, mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Tarauacá/AC	Posto	01	4.120,84	4.120,84	49.450,08
5	Prestação de serviços de Montador de Móveis, mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para as unidades da Comarca de Rio Branco/AC	Posto	02	4.368,97	8.737,94	104.855,28
Total						585.739,68

3.4. O detalhamento da execução contratual está disciplinado no Termo de Referência.

3.5. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 585.739,68** (quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos), pelo período de 12 (doze) meses, que será realizada por meio do Programa de Trabalho: 203.617.02.061.2293.2214.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário-FUNEJ, Fontes de Recurso: 1760.0700/2760.0700, e/ou Elemento de Despesa: 3.3.90.37.00 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

3.6. Havendo divergências entre a especificação do item definida no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas, visto que nem sempre é possível identificar no Catálogo de Materiais/Serviços do COMPRAS.GOV códigos para itens com as especificações que se pretende adquirir. A especificação detalhada será exigida, obrigatoriamente, na proposta definitiva, sob pena de desclassificação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. E de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. Na presente licitação, a participação será ampla para todos os licitantes.

4.5. A **licitante optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, **no prazo de 90 (noventa) dias**, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.6. Caso a **licitante optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.7. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5. Não poderão participar desta licitação:

4.5.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste PREGÃO;

4.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. Empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

4.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei nº 14.133/2021;

4.5.12. O impedimento de que trata o **subitem 4.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.5.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 4.5.2 e 4.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agente públicos do órgão ou entidade;

4.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.5.15. O disposto nos **subitens 4.5.2 e 4.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

4.5.16. A vedação de que trata o **subitem 4.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.5.17. Empresas que estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

4.5.18. Vedada à participação de COOPERATIVA no presente certame licitatório (Parecer Referenciado da ASJUG - Autos SEI nº 0009153-82.2025.8.01.0000 - Evento SEI id. 2193004).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **subitens 9.4 e 9.12.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1 ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Falsidade da declaração de que os **subitens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de propostas e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do **subitem 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor anual (total) do item e valor global do grupo com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, vigente à época da apresentação da proposta/oferta de lance;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo superior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável, do piso salarial regional ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. 5.14. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

6.12.1 A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **agente de contratação** e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual / total / unitário do item / grupo.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor **oferta deverá ser 1% (um por cento)**.

7.10. O licitante poderá, **uma única vez, excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível, **conforme art. 21, § 3º da IN SEGES/ME nº 73/2022**.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **agente de contratação**, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o **agente de contratação**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **agente de contratação** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato pelo **agente de contratação** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 60, da Lei nº 14.133/2021**, nesta ordem:

7.19.1.1. **disputa final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29.12.2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o **agente de contratação** poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O **agente de contratação** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao **agente de contratação** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o **agente de contratação** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o **agente de contratação** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o **agente de contratação** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do o **agente de contratação**, que comprove:

8.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar **Planilha** por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **sob pena de não aceitação da proposta.**

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, **desde que não haja majoração de preço.**

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10. Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.

8.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Eletrônico.

8.12. **Qualquer interessado** poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, **no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.14. O **agente de contratação** poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **agente de contratação** por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo agente de contratação.

8.14.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **agente de contratação**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo agente de contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, **sob pena de não aceitação da proposta.**

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **agente de contratação** verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **agente de contratação** verificará o eventual descumprimento das condições de participação,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. Consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

9.3. Constatada a existência de vedação à participação no certame, **agente de contratação** reputará o licitante inabilitado.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.4.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (**Art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**)

9.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento. (Art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Serão exigidos os documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (**Art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**).

9.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)

9.11. O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.12. A verificação pelo **agente de contratação**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **agente de contratação**.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio de sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro 2022.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, para **(Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN nº 73/2022)**:

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, o **agente de contratação** poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **agente de contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.12.1**.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das **microempresas e das empresas de pequeno porte** somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação **(art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)**.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecido após o julgamento.

9.19. Habilitação jurídica:

9.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.19.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.19.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.20. Qualificação Técnica

9.20.1 Que apresente, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-operacional em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de terceirização de mão de obra contínuos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, preferencialmente envolvendo as categorias profissionais aqui demandadas.

9.20.2. Que declare, formalmente, que adotará práticas de sustentabilidade durante a execução do objeto, com especial atenção à gestão de resíduos, ao uso racional de recursos e, fundamentalmente, ao cumprimento rigoroso de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, garantindo um ambiente de trabalho digno e seguro.

9.20.3. Que apresente declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições, locais e peculiaridades inerentes à prestação dos serviços, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades que não tenham sido previstas por sua omissão em verificar tais condições.

9.21. Qualificação Econômico - Financeira

9.21.1. O Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) anos últimos exercício sociais**, conforme art. 69, inciso I, da Lei 14.133/2021.

9.21.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Caso a certidão não possua prazo de vigência expresso, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias de emissão para aceitação;

9.21.3. Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG)= (Ativo Circulante + Realizável A Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.21.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação.

9.21.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei 14.133/2021.

9.21.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo Licitante.

9.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.22.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.22.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais, créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos às Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;

9.22.3. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.22.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 9.452, 1º de maio de 1943, instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

9.22.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte (Estadual ou Distrital) ou (Municipal/Distrital) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

9.22.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.23. Participação de Empresas Estrangeiras

9.23.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no DECRETO nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.25. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.26. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **agente de contratação** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.29. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO CONTRATO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

10.4. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para execução do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

10.6. Na hipótese do convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes, na ordem de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recurso será de **10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Das infrações administrativas e sanções constam no Termo de Referência.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail: cpli1@tjac.jus.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **agente de contratação**.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.tjac.jus.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

APÊNDICE I

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico nº/2026

Ref. **Processo Eletrônico n.º 2025-539**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Dados bancários (banco/agência/conta corrente):

Conforme Edital Pregão Eletrônico n.º..../2026, apresentamos proposta de preços para, para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Acre, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. (A)	VALOR UNIT /POSTO (B)	VALOR ANUAL (C=A*B*12 MESES)
1	Prestação de serviços de Garçom para a Sede Administrativa do TJAC.	Posto	05		
2	Prestação de serviços de Carregador para Cruzeiro do Sul/AC.	Posto	02		
3	Prestação de serviços de Carregador para Mâncio Lima/AC.	Posto	01		
4	Prestação de serviços de Carregador para Tarauacá/AC.	Posto	01		
5	Prestação de serviços de Montador de Móveis para as unidades da Comarca de Rio Branco/AC.	Posto	02		
VALOR TOTAL					

- Declaramos que na proposta estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transportes, encargos, tributos de qualquer natureza, despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da presente licitação.

- Declaramos que não possuímos empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para fins do disposto na Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

- Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes como estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, do IBAMA.

- Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data da sua apresentação.

Local e data

Nome, função e assinatura do representante legal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente

(data e assinatura eletrônicas)



Documento assinado eletronicamente por **LAUDIVON DE OLIVEIRA NOGUEIRA, Presidente** em
11/05/2026 às 17:07:11.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço
<http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela
GWYK.AD4F.TJKD.95JG

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 83/2026

Processo nº 2025-539

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, com alocação de mão de obra efetiva, decorrente da ativação de postos de trabalho nas categorias de **Carregador**, **Garçom** e **Montador de Móveis**, para atender às necessidades das unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, tanto na Capital quanto nas Comarcas do interior, pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e uniformes necessários à perfeita execução das atividades, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviços de Garçom , mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para a Sede Administrativa do TJAC.	Posto	05	4.555,24	22.776,20	273.314,40
2	Prestação de serviços de Carregador , mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Cruzeiro do Sul/AC .	Posto	02	4.527,91	9.055,82	108.669,84
3	Prestação de serviços de Carregador , mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Mâncio Lima/AC .	Posto	01	4.120,84	4.120,84	49.450,08
4	Prestação de serviços de Carregador , mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para Tarauacá/AC .	Posto	01	4.120,84	4.120,84	49.450,08
5	Prestação de serviços de Montador de Móveis , mediante alocação de postos de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais, para as unidades da Comarca de Rio Branco/AC .	Posto	02	4.368,97	8.737,94	104.855,28
TOTAL GERAL					48.811,64	585.739,68

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como de luxo, conforme a Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços de apoio logístico e administrativo indispensáveis à manutenção e ao funcionamento das atividades-fim do Tribunal.

1.5. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 60 (sessenta) meses, para prestação de serviços e fornecimentos contínuos, desde que comprovada a vantagem econômica e observadas as condições previstas no Contrato e no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A vigência plurianual justifica-se pelo fato de a prestação de serviços se enquadrar como de natureza contínua, sendo indispensável para garantir o suporte operacional qualificado e o bom funcionamento das atividades-fim do Tribunal. A prorrogação do Contrato por períodos anuais, até o limite legal, é mais vantajosa para a Administração, pois assegura a continuidade do apoio logístico (Carregador e Montador) e institucional (Garçom), evitando a interrupção do serviço e a repetição de processos licitatórios para o mesmo objeto em curtos intervalos.

1.7. O Termo de Contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, bem como às cláusulas de reajuste e repactuação de preços.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre não possui, em seu quadro funcional permanente, servidores com atribuições relacionadas às atividades de carregamento de bens, serviço de copa e cerimonial (garçom) e montagem de mobiliário, as quais se pretende contratar. Tal fato se justifica por não se tratarem de serviços considerados como atividade-fim deste Poder Judiciário, mas sim atividades de apoio administrativo e logístico, de caráter instrumental e acessório.

2.2. Dessa forma, o objetivo primordial da contratação é garantir a infraestrutura necessária e o bom funcionamento das atividades-fim do Tribunal, assegurando o pleno cumprimento de sua missão institucional por meio da disponibilização de suporte operacional contínuo e qualificado, o que se reflete diretamente na qualidade e na celeridade da prestação jurisdicional e dos serviços administrativos.

2.3. A eleição do modelo de remuneração por postos de trabalho se deve às especificidades e à natureza contínua das demandas administrativas que motivam a contratação. Para os serviços de **Garçom**, a necessidade é constante para o apoio em recepções de autoridades, sessões plenárias e de câmaras, reuniões institucionais, eventos e atividades cerimoniais, onde a atuação de profissionais treinados é essencial. Para os serviços de **Carregador**, a demanda é permanente na movimentação de processos físicos, mobiliário, equipamentos e materiais entre as unidades, especialmente na vasta Regional do Juruá, sendo crucial para a logística patrimonial e operacional. Para os serviços de **Montador de Móveis**, a necessidade é recorrente, seja pela aquisição de novos itens, seja pela readequação de layouts ou manutenção do mobiliário existente, exigindo conhecimento técnico específico para garantir a durabilidade e a integridade dos bens públicos.

2.4. A presente demanda está em consonância com as exigências da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, que dispõem sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta na Administração Pública. Ademais, a contratação visa à substituição de modelo cooperativado, alinhando-se ao entendimento consolidado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU), que veda a participação de cooperativas de trabalho em certames que envolvam a prestação de serviços com requisitos de subordinação, habitualidade e pessoalidade, características presentes no objeto em tela, conforme deliberado na reunião de alinhamento constante do processo SEI nº 0009153-82.2025.8.01.0000 e fundamentado no Documento de Formalização da Demanda [H21730].

2.5. **Escolha da Modalidade:** Tendo em vista que os serviços a serem contratados enquadram-se como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sugere-se a utilização do **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, como modalidade preferencial, conforme preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e seus regulamentos. A adjudicação por grupo visa otimizar a gestão contratual, sem, contudo, restringir a competitividade.

O agrupamento de itens se faz necessário em razão de se tratar de serviços da mesma natureza, de modo a facilitar a competitividade dentro do grupo, uma vez que são trabalhos por ramos de atividades distinto mas amplamente comercializados no mercado local, o que não diminuirá a competitividade.

2.6. **Alinhamento ao plano institucional:**

2.6.1. A presente demanda está em estrita consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, contribuindo para o alcance do Objetivo Estratégico de **"Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária"**, ao garantir a disponibilidade de recursos e serviços essenciais para o funcionamento eficiente da Justiça. A contratação encontra-se devidamente registrada no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, conforme detalhamento extraído do Estudo Técnico Preliminar [H23591]:

- a. **ID PCA no PNCP:** 04034872000121-0-000006/2025
- b. **Data de publicação no PNCP:** 29/01/2025
- c. **Id do item no PCA:** 45
- d. **Classe/Grupo:** 624 - CARREGADOR/MONTADOR DE MÓVEIS/ARTÍFICE DE SERV. GERAIS

3. **QUANTITATIVO DE POSTOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. Para atender às demandas dos serviços do TJAC, são necessários os seguintes postos de serviço, distribuídos conforme a planilha de referência abaixo:

PLANILHA DE REFERÊNCIA

Item	Serviço	Quant. Pessoas	Locais dos Postos	Horário de Funcionamento dos Postos / Prestação dos Serviços
01	Garçom	05	Sede Administrativa do Tribunal de Justiça – Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, Rio Branco/AC	Segunda à Sexta-feira: No mínimo, 08 horas diárias, no período compreendido entre 07h00min e 19h00min, a ser definido pela fiscalização. Sábado/Eventos: Quando houver necessidade, mediante convocação prévia, com compensação de jornada.
02	Carregador	04	Regional do Vale do Juruá , sendo:	02 Postos (Cruzeiro do Sul/AC); 01 Posto (Mâncio Lima/AC); 01 Posto (Tarauacá).
03	Montador de móveis	02	Comarca de Rio Branco/AC	(Rio Branco/AC), com lotação principal no Almoxarifado. Segunda à Sexta-feira: No mínimo, 08 horas diárias, no período compreendido entre 07h00min e 18h00min, a ser definido pela fiscalização.

4. **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS**

4.1. **Formação e experiência:**

I. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do TJAC profissionais com as seguintes qualificações mínimas:

- a. **Garçom:** Ensino médio completo, com experiência profissional na área, comprovada mediante anotação em CTPS ou contrato de prestação de serviços. Desejável a apresentação de certificado de curso na área de atuação (etiqueta, atendimento, etc.).
- b. **Carregador:** Ensino fundamental completo, com boa condição física para o desempenho de atividades que exijam esforço. Desejável experiência anterior e noções de levantamento e transporte seguro de cargas.
- c. **Montador de Móveis:** Ensino fundamental completo, com experiência comprovada em montagem e desmontagem de mobiliário corporativo e residencial. Deve possuir conhecimento em leitura e interpretação de manuais e croquis de montagem.

4.2. Das competências/atividades principais:

I. Garçom:

- a. Preparar os ambientes (salas de sessão, gabinetes, auditórios) para servir refeições, lanches, água e café, servindo autoridades, servidores e visitantes de acordo com as boas técnicas de atendimento e etiqueta profissional.
- b. Servir as unidades conforme a rotina estabelecida pela fiscalização e sempre que demandado, devendo recolher os copos, xícaras e outros utensílios utilizados.
- c. Verificar continuamente as condições de higiene e conservação de xícaras, talheres, copos, pratos, toalhas, guardanapos e bandejas, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer necessidade de melhoria ou anormalidade.
- d. Controlar o estoque de material de copa sob sua responsabilidade (café, açúcar, copos, etc.), informando a necessidade de reposição.
- e. Auxiliar nos cuidados com os utensílios e na organização das copas e áreas de apoio.
- f. Realizar a coleta seletiva do lixo gerado na copa, de acordo com as orientações ambientais do TJAC.
- g. Manter-se na copa ou nos postos designados, não devendo afastar-se de seus afazeres para atender a pedidos ou cumprir tarefas não inerentes à sua função.
- h. Executar outras atividades correlatas à função, quando solicitado pela fiscalização.

II. Carregador:

- a. Realizar a carga e descarga de materiais, equipamentos, mobiliário, processos físicos e outros bens pertencentes ao TJAC, em veículos oficiais ou contratados.
- b. Executar a movimentação e o transporte interno de bens entre os diversos setores, pavimentos e prédios das unidades do Tribunal.
- c. Auxiliar na organização e armazenamento de materiais em depósitos, almoxarifados e arquivos.
- d. Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) e os equipamentos de auxílio, como carrinhos de transporte e paletes, fornecidos pela CONTRATADA.
- e. Zelar pela integridade dos bens movimentados, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer avaria ou dano ocorrido durante o transporte.
- f. Manter a organização e a limpeza das áreas de carga e descarga após a execução dos serviços.
- g. Executar outras atividades correlatas à função, quando solicitado pela fiscalização.

III. Montador de Móveis:

- a. Realizar a montagem e desmontagem de mobiliário de escritório (mesas, cadeiras, armários, estantes, divisórias, etc.), seguindo rigorosamente os manuais de instrução e especificações técnicas dos fabricantes.
- b. Executar reparos, ajustes e manutenções preventivas no mobiliário existente, a fim de prolongar sua vida útil.
- c. Interpretar desenhos, esquemas e croquis para a correta instalação e posicionamento dos móveis.
- d. Manusear com proficiência as ferramentas manuais e elétricas necessárias para a execução do serviço, sendo estas de responsabilidade da CONTRATADA.
- e. Realizar o remanejamento e a readequação de layouts de mobiliário conforme solicitação da fiscalização.
- f. Zelar pela integridade dos bens montados e do ambiente de trabalho, evitando danos a pisos, paredes e outras instalações.
- g. Descartar adequadamente as embalagens e resíduos provenientes da montagem, em conformidade com as normas de sustentabilidade do TJAC.
- h. Executar outras atividades correlatas à função, quando solicitado pela fiscalização.

5. DO PREPOSTO

5.1. A CONTRATADA deverá manter preposto junto ao TJAC, aceito pela fiscalização, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá ser formalmente indicado mediante declaração que contenha seu nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além de dados de contato (telefone e e-mail) e sua qualificação profissional.

5.2. Em função das características da presente contratação e por motivo de economia e agilidade, o preposto poderá ser um dos empregados designados para os serviços descritos neste Termo, desde que não haja prejuízo ao desempenho de suas atividades regulares e que possua capacidade para tomar as decisões necessárias perante a fiscalização.

5.3. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o termo de início dos serviços, receber as orientações relacionadas à execução e gestão do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação dos postos e execução do contrato relativos à sua competência.

5.4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar prontamente as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

6. DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

6.1. A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais indicados apresentem-se ao Tribunal trajando uniformes completos, limpos e em bom estado de conservação, fornecidos integralmente a expensas da empresa. O modelo, tecido e cor dos uniformes deverão ser aprovados previamente pela Fiscalização do Contrato e deverão conter identificação discreta da empresa (logomarca bordada ou estampada), além de crachá de identificação funcional do colaborador. As características básicas são:

GARÇONS

FORNECIMENTO INICIAL	FORNECIMENTO SEMESTRAL	DESCRIÇÃO/MODELO
02	01	Calça social preta em tecido Oxford ou similar de primeira qualidade.

02	01	Camisa social branca em algodão ou tricoline, manga longa.
01	01	Colete social preto em tecido Oxford ou similar.
01	01	Gravata tipo borboleta, na cor preta, 100% poliéster.
02	01	Par de meias sociais na cor preta.
01	-	Par de sapatos, tipo social, na cor preta, em couro ou material sintético de boa qualidade, com solado antiderrapante.
01	-	Cinto social preto em couro ou material sintético, com fivela discreta.

CARREGADORES

FORNECIMENTO INICIAL	FORNECIMENTO SEMESTRAL	DESCRIÇÃO/MODELO E EPIS
02	01	Calça profissional em tecido tipo brim pesado, na cor cinza escuro ou azul marinho.
03	02	Camisa tipo polo ou camiseta de malha, na cor a ser definida, com logomarca da empresa.
01	-	Bota de segurança com biqueira de proteção (aço ou composite) e solado antiderrapante.
01	-	Cinto de sustentação ergonômica para levantamento de peso.
-	-	Luvas de proteção em raspa ou material similar, para manuseio de materiais.

MONTADORES DE MÓVEIS

FORNECIMENTO INICIAL	FORNECIMENTO SEMESTRAL	DESCRIÇÃO/MODELO E EPIS
02	01	Calça profissional em tecido tipo brim, na cor cinza escuro ou azul marinho.
03	02	Camisa tipo polo ou camiseta de malha, na cor a ser definida, com logomarca da empresa.
01	-	Bota de segurança com biqueira de proteção e solado antiderrapante.
-	-	Luvas de proteção adequadas para manuseio de ferramentas e peças de mobiliário.
-	-	Óculos de proteção, a ser utilizado quando em manuseio de ferramentas elétricas.

7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Durante a fase de habilitação, e conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar [H23591] e na Lei nº 14.133/2021, são requisitos técnicos essenciais de qualificação para a futura contratação, dentre outros a serem detalhados no Edital:

7.1.1. Que a empresa licitante seja do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, comprovado por meio de seu contrato social ou documento equivalente, e que não esteja sob decreto de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de dissolução ou liquidação.

7.1.2. Que apresente, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnico-operacional** em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de terceirização de mão de obra contínuos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, preferencialmente envolvendo as categorias profissionais aqui demandadas.

7.1.3. Que declare, formalmente, que adotará práticas de sustentabilidade durante a execução do objeto, com especial atenção à gestão de resíduos, ao uso racional de recursos e, fundamentalmente, ao cumprimento rigoroso de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, garantindo um ambiente de trabalho digno e seguro.

7.1.4. Que apresente declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições, locais e peculiaridades inerentes à prestação dos serviços, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades que não tenham sido previstas por sua omissão em verificar tais condições.

7.2. SUSTENTABILIDADE, CRITÉRIOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

7.2.1. Além da declaração formal de adoção de práticas de sustentabilidade exigida no item 7.1.3, a Contratada deverá atender aos seguintes requisitos e diretrizes, baseados na legislação vigente e nas melhores práticas de contratações sustentáveis:

I) Critérios Ambientais (Gestão Operacional):

- a. A Contratada deverá promover a correta destinação e coleta seletiva de resíduos gerados durante a execução dos serviços. Isso inclui lixo de copa (Garçom) e embalagens/resíduos de montagem de móveis (Montador de Móveis) , em conformidade com as orientações ambientais do TJAC.
- b. Incentivar e fiscalizar o uso racional de água e energia elétrica pelos seus colaboradores durante a prestação dos serviços nas dependências do TJAC, contribuindo para a redução do consumo.
- c. Preferência, sempre que possível, por materiais de trabalho (por exemplo, ferramentas elétricas e lâmpadas de trabalho) de alta eficiência energética e menor impacto ambiental na execução das atividades de montagem.

II) Critérios Sociais (Obrigações Trabalhistas e Segurança):

- a. A Contratada deverá comprovar o cumprimento rigoroso de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus colaboradores, conforme documentação exigida para fins de pagamento (Seção 10 e 12).
- b. A Contratada deve garantir um ambiente de trabalho seguro, fornecendo e fiscalizando o uso adequado de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para cada função (Carregador e Montador de Móveis), e promovendo a observância das normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- c. Garantir que os profissionais possuam as qualificações mínimas e experiência exigidas, valorizando a capacitação contínua.

III) Critérios Econômicos (Eficiência da Gestão):

- a. Custo-Benefício: A contratação visa a otimização da gestão e o suprimento de mão de obra de apoio, focando na eficiência e na qualidade contínua da prestação dos serviços , minimizando custos indiretos com perdas de materiais ou danos ao patrimônio público.
- b. Durabilidade e Manutenção: O serviço de Montador de Móveis tem, como critério econômico, a execução de reparos, ajustes e manutenções preventivas no mobiliário existente, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de novas aquisições.

7.3. DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE (AÇÕES AFIRMATIVAS)

7.3.1. Paridade de gênero: Em cumprimento ao art. 5º, inciso VI, da Resolução nº 89/2024 do TJAC e à Resolução nº 540/2023 do CNJ, a CONTRATADA deverá assegurar a participação equânime entre homens e mulheres na execução do contrato, garantindo a ocupação de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) das vagas por mulheres**, considerada cada função isoladamente (Garçom, Carregador e Montador de Móveis).

7.3.2. **Perspectiva Interseccional:** Na composição do quadro de pessoal feminino, a CONTRATADA deverá observar a perspectiva interseccional de raça e etnia, visando promover a diversidade e a inclusão de mulheres negras e indígenas.

7.3.3. **Reserva para Grupos Vulneráveis (Cota Social):** Conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Art. 25, § 9º, inciso I) e na Portaria nº 2021/2023 do TJAC, a CONTRATADA deverá reservar, no mínimo, **1 (uma) vaga destinadas especificamente a mulheres integrantes de grupos vulneráveis**. Para fins deste contrato, consideram-se grupos vulneráveis:

- I - Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
- II - Mulheres em situação de rua;
- III - Mulheres egressas do sistema prisional;
- IV - Mulheres trans e travestis;
- V - Mulheres em situação de vulnerabilidade social extrema, conforme relatório da assistência social.

7.3.4. **Fluxo de Recrutamento e Sigilo:** Para o preenchimento das vagas mencionadas no item 4.3.3, a CONTRATADA deverá articular-se com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE) e a Coordenadoria da Mulher (COMSIV) do TJAC para o recebimento de indicações e currículos. A CONTRATADA obriga-se a manter o **estrito sigilo** sobre a condição de vulnerabilidade das colaboradoras, visando evitar estigmas e garantir a dignidade no ambiente de trabalho.

7.3.5. **Monitoramento e Comprovação:** A CONTRATADA deverá apresentar, no momento da implantação dos postos e mensalmente junto à documentação de medição, relatório nominal de pessoal com o recorte de gênero e raça, comprovando a manutenção dos percentuais de paridade e o cumprimento das cotas sociais estabelecidas.

7.3.6. **Não Retrocesso:** Durante toda a vigência contratual e eventuais prorrogações, a CONTRATADA não poderá reduzir o percentual total de mulheres no contrato, devendo as substituições de pessoal observar a manutenção do equilíbrio de gênero e das cotas para grupos vulneráveis.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Nos termos dos artigos 103 e 117 da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a disposição 2.6 do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP, a gestão e a fiscalização da execução do contrato compreendem o conjunto de ações que objetivam:

- I - aferir o cumprimento dos resultados e da qualidade estabelecida pela CONTRATADA;
- II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e
- III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais e a solução de problemas relacionados ao objeto.

8.2. Para tanto, figurarão nas atividades de fiscalização, a serem formalmente designados por Portaria específica após a celebração do contrato:

A) GESTOR: LILIAN LOPES SOUSA BARATELLA

B) FISCAL ADMINISTRATIVO: CLEMILSON LAURENTINO DOS SANTOS

C) FISCAL TÉCNICO: MATHEUS IBSEN MODESTO DE SALES

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Ao(s) fiscal(is) compete o acompanhamento próximo e diário da execução contratual. Deverá(ão) anotar em registro próprio, preferencialmente em sistema eletrônico, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, para solução das falhas identificadas, bem como determinando o que for necessário à sua regularização e encaminhando os apontamentos ao gestor para as providências cabíveis que extrapolem sua competência.

8.5. Ao Gestor do contrato cabe a coordenação e o comando do processo de fiscalização, a análise de pleitos de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, a gestão de incidentes relativos a pagamentos, a análise de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento e da prorrogação, apontando à autoridade superior o que for necessário.

8.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo se afaste das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do(s) Fiscal(is) do Contrato serão encaminhadas ao Gestor do Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

8.8. O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor para que este promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, ou de descumprimento reiterado de cláusulas contratuais, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e na legislação, após o devido processo administrativo.

9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os serviços serão iniciados em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA atentar-se quanto às orientações do fiscal no que tange ao local, data e horários por ele definidos para a apresentação dos colaboradores.

9.2. Em conformidade com os artigos 140 a 143 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

9.2.1. **Provisoriamente**, ao final de cada período de medição (mensal), pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações deste Termo de Referência e do Edital. O recebimento provisório será formalizado mediante relatório de fiscalização ou termo circunstanciado.

9.2.2. **Definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou por comissão designada, após a verificação da qualidade, da ausência de pendências e do cumprimento de todas as obrigações, e consequente aceitação, que se consolidará com o ateste na nota fiscal.

9.3. O aceite e o recebimento dos serviços pelo CONTRATANTE não excluem a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade, qualidade ou inadequação do mesmo, ou por disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil.

9.4. O representante do TJAC anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, que deverão ser sanados pela CONTRATADA nos prazos estipulados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Selecionar, recrutar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, em conformidade com o perfil exigido neste Termo de Referência.

10.2. Empregar nos serviços profissionais que apresentem boa conduta, zelo, urbanidade e discrição no ambiente de trabalho.

10.3. Apresentar, antes do início dos serviços e sempre que houver alteração, a relação nominal de seus empregados vinculados a este contrato, mencionando os respectivos endereços, números de CPF e RG, e os locais de trabalho designados.

10.4. Manter a disciplina nos locais dos serviços, devendo substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação formal da fiscalização, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inadequada ou inconveniente pela Administração.

10.5. Manter seu pessoal devidamente uniformizado, conforme padrão aprovado pelo TJAC, e identificado por meio de crachás com fotografia recente, provendo-os de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários e exigidos pela legislação de segurança do trabalho.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela Administração.

10.7. Prestar todo o socorro e atendimento necessário aos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus próprios recursos, comunicando o fato à fiscalização.

10.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

10.9. Controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, registrando o ponto por meio idôneo e apresentando-o mensalmente à fiscalização.

10.10. Responsabilizar-se integral e exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de qualquer outra natureza, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

10.11. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços e a preservação do patrimônio do CONTRATANTE.

10.12. Pagar, impreterivelmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados e recolher no prazo legal os encargos sociais e tributos correspondentes, devendo exibir, mensalmente, as respectivas comprovações à fiscalização administrativa.

- 10.13. O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá, preferencialmente, ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência inequívoca do pagamento por parte do Tribunal.
- 10.14. Autorizar expressamente o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos a salários e demais verbas trabalhistas e realizar o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.15. Dispor de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros, promovendo a substituição do profissional ausente em até 24 (vinte e quatro) horas, ou em prazo inferior se a natureza do posto exigir.
- 10.16. Responsabilizar-se por todos os danos e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos a terceiros ou ao patrimônio do TJAC, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 10.17. Facilitar e atender prontamente a toda e qualquer fiscalização procedida pelo TJAC, disponibilizando documentos e informações solicitadas.
- 10.18. Manter preposto aceito pela Administração nos locais de prestação dos serviços ou de fácil acesso, a quem competirá dar encaminhamento a todas as demandas relativas ao contrato.
- 10.19. Comunicar previamente ao fiscal as substituições e os períodos de férias dos empregados vinculados ao contrato.
- 10.20. Não transferir, ceder ou subcontratar o objeto deste contrato, no todo ou em parte, a não ser nas hipóteses e limites expressamente permitidos no Edital e mediante prévia e formal autorização do CONTRATANTE.
- 10.21. Pagar todas as taxas, impostos, contribuições e outros ônus que venham a incidir sobre o objeto da contratação, bem como as multas que por força de dispositivo legal ou contratual lhe sejam aplicadas.
- 10.22. Manter, se exigido pela fiscalização, um “Boletim de Ocorrências” em local acessível, onde ficarão consignadas quaisquer anormalidades ou dificuldades encontradas na execução dos serviços.
- 10.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.24. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços.
- 10.25. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho.
- 10.26. Pagar aos profissionais os adicionais de remuneração, caso as atividades sejam legalmente consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei, observando-se a especificidade da atividade desenvolvida, o que deve ser previsto em sua planilha de custos.
- 10.27. Acatar as alterações de horários dos postos de trabalho conforme as necessidades de serviço do TJAC, desde que comunicadas com antecedência razoável e não ultrapassem a quantidade de horas semanal ou mensal do posto de trabalho, respeitada a legislação trabalhista.
- 10.28. Apresentar, no ato de assinatura do contrato, e manter em vigor durante todo o período contratual, apólice de seguro contra acidentes de trabalho em favor dos seus empregados, em conformidade com a legislação vigente.
- 10.29. No primeiro mês de prestação dos serviços, deverá apresentar à fiscalização a seguinte documentação, devidamente autenticada ou em cópia simples com apresentação dos originais:
- 10.29.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- 10.29.2. Cópia das páginas da CTPS, devidamente anotadas pela CONTRATADA, dos empregados vinculados a este contrato;

10.29.3. Cópia dos exames médicos admissionais (ASO) dos empregados que prestarão os serviços.

10.30. No último mês de prestação dos serviços (ao término ou rescisão do contrato), apresentar a seguinte documentação adicional:

10.30.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados utilizados na prestação dos serviços, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

10.30.2. Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;

10.30.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

10.31. Elaborar e enviar ao gestor do contrato planilha mensal, com os seguintes dados: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.

10.32. Enviar à fiscalização do contrato, mensalmente, para fins de pagamento:

10.32.1. Cópias da folha de ponto dos empregados que prestarão serviço;

10.32.2. Comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes e auxílio-alimentação dos empregados;

10.32.3. Comprovantes dos recolhimentos do FGTS (Protocolo de Envio de Arquivos da Conectividade Social - GFIP, Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, e Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP - RE);

10.32.4. Comprovantes dos recolhimentos das contribuições ao INSS (Protocolo de Envio de Arquivos da Conectividade Social - GFIP, Comprovante de Declaração à Previdência, Guia da Previdência Social - GPS, e Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP - RE).

10.33. Aceitar o desconto do faturamento mensal do valor correspondente a faltas, atrasos ou saídas antecipadas do pessoal vinculado a este contrato, quando não promovida a substituição ou compensação em tempo hábil. Tal medida não isenta a contratada de eventual penalidade prevista no contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, por meio do gestor e dos fiscais especialmente designados para esse fim.

11.2. Atestar os serviços prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da fatura e de toda a documentação comprobatória, para as devidas conferências e atesto, desde que não haja fato impeditivo para o qual, de alguma forma, tenha concorrido a CONTRATADA.

11.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato, mediante crédito em conta corrente, por intermédio de ordem bancária.

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços contratados.

11.5. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de seu preposto ou representante legal credenciado.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se sempre ao preposto;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

11.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços, que se dá com o ateste da nota fiscal pelo gestor do contrato. O ateste, por sua vez, deve ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal acompanhada de todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos.

12.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório dos serviços e da conferência de toda a documentação comprobatória de cumprimento das obrigações do mês de referência, conforme este Termo de Referência.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF ou por outros meios, a situação de irregularidade da CONTRATADA, serão tomadas as providências de notificação para regularização, retenção de pagamento e, se for o caso, rescisão contratual, nos termos da legislação e do contrato.

12.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, incluindo o valor exato apurado pela fiscalização.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, sendo: **EM** = Encargos moratórios; **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; **VP** = Valor da parcela a ser paga. **I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX/100) / 365$, sendo a TX = 6% ao ano.

13. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

13.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir (para os custos com insumos e materiais) ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (para os custos com mão de obra).

13.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

13.4. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação, desde a data de publicação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação

contratual subsequente. Se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar em relação àquele fato gerador.

13.5. As repactuações serão precedidas de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

13.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

13.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA e a sua efetiva repercussão no contrato.

14. DAS RETENÇÕES DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS (CONTA-DEPÓSITO VINCULADA)

14.1. Da Abertura da Conta-Depósito Vinculada:

14.1.1. O CONTRATANTE notificará o banco para a abertura da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação —, em nome da CONTRATADA, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da assinatura do contrato.

14.1.2. A CONTRATADA deverá entregar ao banco a documentação necessária para a abertura da conta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, e assinar o termo específico que permita ao CONTRATANTE o acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores à autorização prévia da CONTRATANTE.

14.1.3. Não haverá despesas para a CONTRATANTE para a abertura ou manutenção da conta-depósito vinculada, sendo os custos de responsabilidade da CONTRATADA, caso existentes.

14.2. Das Retenções:

14.2.1. O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas, calculadas sobre a remuneração da mão de obra vinculada ao contrato:

14.2.1.1. Férias;

14.2.1.2. Adicional de Férias (1/3 constitucional);

14.2.1.3. 13º salário;

14.2.1.4. Multa do FGTS por dispensa sem justa causa (40% sobre o saldo do FGTS);

14.2.1.5. Incidência dos encargos sociais (submódulo 2.2 da planilha) e do FGTS sobre Férias, Adicional de Férias e 13º Salário.

14.2.2. Os percentuais provisionados e as respectivas bases de cálculo seguirão o modelo de planilha de custos e formação de preços e as orientações do Caderno de Logística de Terceirização.

14.3. Da Liberação Dos Recursos Da Conta-Depósito Vinculada:

14.3.1. A movimentação dos valores depositados na conta-depósito vinculada dependerá de autorização prévia e expressa do CONTRATANTE.

14.3.2. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA poderá solicitar autorização para resgatar ou movimentar os valores para pagamento das verbas correspondentes, desde que comprove documentalmente o fato gerador (ex: concessão de férias, pagamento de 13º salário, rescisão contratual).

14.3.3. Para a liberação, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória pertinente (aviso e recibo de férias, folha de pagamento do 13º, TRCT homologado, guias de recolhimento, etc.). Após a conferência da documentação pela fiscalização, o CONTRATANTE autorizará o banco a liberar os valores, preferencialmente por meio de transferência direta para a conta dos trabalhadores.

14.3.4. O saldo remanescente na conta-depósito vinculada, ao final do contrato, somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todas as verbas rescisórias e encargos trabalhistas e previdenciários dos empregados que participaram da execução contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

15.1.1. **Advertência** por escrito, em decorrência de falhas leves que não ocasionem prejuízos significativos para a Administração, conferindo-se prazo para a adoção de medidas corretivas.

15.1.2. **Multa**, na forma detalhada abaixo.

15.1.3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública pelo prazo não superior a 3 (três) anos.

15.1.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

15.2. As multas serão aplicadas da seguinte forma:

a) **Multa de mora** de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na execução do serviço ou no cumprimento de obrigação, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) deste valor.

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

c) **Multa compensatória** de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo.

d) **Outras multas** por descumprimento de cláusulas específicas poderão ser estabelecidas no contrato, em percentuais proporcionais à gravidade da infração, variando de 0,5% a 5% do valor mensal do contrato.

15.3. A aplicação das sanções se dará em processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da notificação. Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, e os danos causados à Administração.

16. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor estimado que subsidiará a realização do certame é de R\$ 585.739,68 (Quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

17. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Consoante o artigo 146 da Lei nº 9.784/1999, e o poder geral de cautela da Administração, o CONTRATANTE poderá, sem a prévia manifestação do interessado, de forma motivada, adotar providências acauteladoras, inclusive a retenção de pagamento, em caso de risco iminente de dano ao erário ou a terceiros, como forma de prevenir a ocorrência de prejuízo de difícil ou impossível reparação.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da CONTRATADA a prestação de garantia de execução do contrato no percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato. A CONTRATADA poderá optar por uma das

seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; ou
- c) fiança bancária.

18.2. A garantia assegurará o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto; multas aplicadas; e obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e, no caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, somente será liberada após a comprovação do pagamento de todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.

19. DAS VEDAÇÕES

19.1. É vedado à CONTRATADA:

19.1.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei (atraso superior a 90 dias).

19.1.2. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

19.1.3. Transferir a terceiros ou subcontratar o objeto, salvo nas condições e limites que vierem a ser estabelecidos no Edital.

20. DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123/2006, e nos demais regulamentos aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 9.784/1999, do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e a teoria geral dos contratos e do direito administrativo, sempre em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos para o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para o exercício corrente e os subsequentes, durante a vigência do Contrato.

21.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2026:

21.2.1. Fonte de recursos:

21.2.2. Programa de trabalho:

21.2.3. Elemento de despesa:

21.3. A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso a vigência da Ata seja prorrogada, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ao contrato, se necessário.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As informações contidas neste Termo de Referência, incluindo o valor estimado da contratação e as especificações técnicas, não são classificadas como sigilosas e devem compor os autos do processo administrativo, que é de acesso público, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

22.2. Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria nº 5874/2025 [D30251], e reflete as conclusões dos estudos e debates realizados, em conformidade com as diretrizes da Lei nº

14.133/2021 e as necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Data e assinaturas eletrônicas.



Documento assinado eletronicamente por **DIRCE OLIVEIRA TEODORO**, Técnico Judiciário em
20/03/2026 às 09:06:46.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço
<http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela
VZRZ.HVUE.VLHN.RQIL



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, E A EMPRESA

.....

Processo Administrativo nº **2025-539**)

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, inscrito no CNPJ/MF nº 04.034.872/0001-21, com sede na rua Desembargador Jorge Araken, BR 364, Km 02 - Via Verde, Bairro Distrito Industrial cidade de Rio Branco/Acre, CEP. 69.914-220, representado neste ato por seu Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa -----, inscrita no CNPJ sob o nº -----, sediada na -----, em ----- doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº./....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, com alocação de mão de obra efetiva, decorrente da ativação de postos de trabalho nas categorias de Carregador, Garçom e Montador de Móveis, objetivando-se atender às necessidades das unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, tanto na Capital quanto nas Comarcas do interior, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e uniformes necessários à perfeita execução das atividades, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1			
2			
3			
...			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. SUSTENTABILIDADE, CRITÉRIOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

1.4.1. Além da declaração formal de adoção de práticas de sustentabilidade exigida no item 7.1.3 do Termo de Referência, a Contratada deverá atender aos seguintes requisitos e diretrizes, baseados na legislação vigente e nas melhores práticas de contratações sustentáveis:

I) Critérios Ambientais (Gestão Operacional):

a. A Contratada deverá promover a correta destinação e coleta seletiva de resíduos gerados durante a execução dos serviços. Isso inclui lixo de copa (Garçom) e embalagens/resíduos de montagem de móveis (Montador de Móveis) , em conformidade com as orientações ambientais do TJAC.

b. Incentivar e fiscalizar o uso racional de água e energia elétrica pelos seus colaboradores durante a prestação dos serviços nas dependências do TJAC, contribuindo para a redução do consumo.

c. Preferência, sempre que possível, por materiais de trabalho (por exemplo, ferramentas elétricas e lâmpadas de trabalho) de alta eficiência energética e menor impacto ambiental na execução das atividades de montagem.

II) Critérios Sociais (Obrigações Trabalhistas e Segurança):

a. A Contratada deverá comprovar o cumprimento rigoroso de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus colaboradores, conforme documentação exigida para fins de pagamento (Seção 10 e 12).

b. A Contratada deve garantir um ambiente de trabalho seguro, fornecendo e fiscalizando o uso adequado de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para cada função (Carregador e Montador de Móveis), e promovendo a observância das normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

c. Garantir que os profissionais possuam as qualificações mínimas e experiência exigidas, valorizando a capacitação contínua.

III) Critérios Econômicos (Eficiência da Gestão):

a. Custo-Benefício: A contratação visa a otimização da gestão e o suprimento de mão de obra de apoio, focando na eficiência e na qualidade contínua da prestação dos serviços , minimizando custos indiretos com perdas de materiais ou danos ao patrimônio público.

b. Durabilidade e Manutenção: O serviço de Montador de Móveis tem, como critério econômico, a execução de reparos, ajustes e manutenções preventivas no mobiliário existente, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de novas aquisições.

1.5. DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE (AÇÕES AFIRMATIVAS)

1.5.1. Paridade de gênero: Em cumprimento ao art. 5º, inciso VI, da Resolução nº 89/2024 do TJAC e à Resolução nº 540/2023 do CNJ, a CONTRATADA deverá assegurar a participação equânime entre homens e mulheres na execução do contrato, garantindo a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas por mulheres, considerada cada função isoladamente (Garçom, Carregador e Montador de Móveis).

1.5.2. Perspectiva Interseccional: Na composição do quadro de pessoal feminino, a CONTRATADA deverá observar a perspectiva interseccional de raça e etnia, visando promover a diversidade e a inclusão de mulheres negras e indígenas.

1.5.3. Reserva para Grupos Vulneráveis (Cota Social): Conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Art. 25, § 9º, inciso I) e na Portaria nº 2021/2023 do TJAC, a CONTRATADA deverá reservar, no mínimo, 1 (uma) vaga destinadas especificamente a mulheres integrantes de grupos vulneráveis. Para fins deste contrato, consideram-se grupos vulneráveis:

I - Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II - Mulheres em situação de rua;

III - Mulheres egressas do sistema prisional;

IV - Mulheres trans e travestis;

V - Mulheres em situação de vulnerabilidade social extrema, conforme relatório da assistência social.

1.5.4. Fluxo de Recrutamento e Sigilo: Para o preenchimento das vagas mencionadas no item 4.3.3, a CONTRATADA deverá articular-se com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE) e a Coordenadoria da Mulher (COMSIV) do TJAC para o recebimento de indicações e currículos. A CONTRATADA obriga-se a manter o estrito sigilo sobre a condição de vulnerabilidade das colaboradoras, visando evitar estigmas e garantir a dignidade no ambiente de trabalho.

1.5.5. Monitoramento e Comprovação: A CONTRATADA deverá apresentar, no momento da implantação dos postos e mensalmente junto à documentação de medição, relatório nominal de pessoal com o recorte de gênero e raça, comprovando a manutenção dos percentuais de paridade e o cumprimento das cotas sociais estabelecidas.

1.5.6. Não Retrocesso: Durante toda a vigência contratual e eventuais prorrogações, a CONTRATADA não poderá reduzir o percentual total de mulheres no contrato, devendo as substituições de pessoal observar a manutenção do equilíbrio de gênero e das cotas para grupos vulneráveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 5 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	DE	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR (C)= A*B	MENSAL	VALOR ANUAL (D)=C*12
1								
2								
3								
...								

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que foram iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de

encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (TRINTA), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º) .

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Assegurar as condições necessárias à execução dos serviços, disponibilizando acesso às dependências das unidades administrativas e jurisdicionais, na Capital e nas Comarcas do interior, observadas as normas internas de segurança e funcionamento.

8.4. Fornecer à contratada as informações, orientações e diretrizes necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo cronogramas, demandas específicas, locais de prestação e prioridades institucionais.

8.5. Solicitar formalmente a ativação dos postos de trabalho, conforme a necessidade do serviço, respeitados os quantitativos, perfis profissionais e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

8.6. Atestar mensalmente a execução dos serviços, após verificação do cumprimento das obrigações contratuais, como condição para o pagamento da fatura correspondente.

- 8.7. Não interferir na gestão da mão de obra da contratada, abstendo-se de exercer poder hierárquico direto sobre os empregados alocados, limitando-se à fiscalização do resultado dos serviços contratados, de modo a evitar a caracterização de vínculo empregatício.
- 8.8. Garantir a observância das normas de saúde, segurança e acessibilidade nas dependências onde os serviços forem executados, em cooperação com a contratada.
- 8.9. Permitir a substituição de profissionais, quando solicitada pela contratada ou determinada pela fiscalização, desde que atendidos os requisitos de qualificação e continuidade dos serviços.
- 8.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.11. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.13. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.15. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.16. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.16.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.16.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.16.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.16.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.16.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.16.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.17. Cientificar o GESTOR do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.18.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.19. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.20. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.21. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Executar os serviços de forma contínua, eficiente e ininterrupta, com a disponibilização de mão de obra qualificada nas categorias de Carregador, Garçom e Montador de Móveis, conforme quantitativos, perfis profissionais, horários e locais definidos pelo Contratante.

9.3. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à perfeita execução dos serviços, observadas as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho.

9.4. Zelar pela disciplina, conduta e desempenho dos profissionais alocados, substituindo, no prazo determinado pelo Contratante, qualquer empregado que apresente conduta inadequada, desempenho insatisfatório ou descumprimento das normas institucionais.

9.5. Não permitir a subordinação direta dos empregados ao Contratante, mantendo a gestão exclusiva da mão de obra, de forma a evitar a caracterização de vínculo empregatício.

9.6. Observar critérios de sustentabilidade, quando aplicáveis, adotando práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente no uso de materiais e descarte de resíduos.

9.7. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.7.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.9. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.18. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.33. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.34. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.35. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.36. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.37. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

- 9.38. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.39. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.42. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.43. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.44. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.45. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.46. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.46.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.46.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.47. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*
- 9.47.1. *As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem maioria na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE.*
- 9.47.2. *Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.*

9.47.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.47.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.47.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.47.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.

9.47.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou, ainda, pela fiança bancária.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.
- 11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
- 11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.9, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.
- 11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).
- 11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022](#).
- 11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante

termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133,](#)

[de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece

vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Programa de Trabalho:

15.1.2. Fonte de Recursos:

15.1.3. Elemento de Despesa:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco-AC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Data e assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA**, Subsecretária em
26/01/2026 às 13:43:12.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela EHE4.RKKC.B7JL.UPCZ

PLANILHA CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO			
Nº Processo: GRP 2025-539			
Licitação: Pregão Eletrônico nº 24/2026 (90024/2026)		Salário Mínimo	R\$ -

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data da apresentação da proposta:	
B	Município/UF	
C	Ano - Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em dissídio Coletivo	CCT-2025/2026
D	Número de meses de execução contratual	12 meses
E	Número da convenção coletiva de trabalho	AC000021/2025 AC000004/2026
D	Regime Tributário da Empresa:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em funça da unidade de medida)
	Posto	

MÃO-DE-OBRA		
Dados Complementares para Composição dos Custos Referentes à Mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional - Piso salarial	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Gratificação de Encargos	0,00%	R\$ -
C	Adicional de Periculosidade	0,00%	R\$ -
D	Adicional de Insalubridade	0,00%	R\$ -
E	Adicional Noturno	0,00%	R\$ -
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	R\$ -
G	Horas Extras	0,00%	R\$ -
H	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
Total		0,00%	R\$ -

MÓDULO 2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
----------	---	--	--

Submódulo 2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	VALOR (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e adicional de férias	11,11%	R\$ -
Subtotal		19,44%	R\$ -
Incidência Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1		6,57%	R\$ -
Total		26,01%	R\$ -

Submódulo 2.2	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Risco Ambiental de Trabalho (SAT x FAP)	0,00%	R\$ -
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3	Benefícios Mensais e Diários	VALOR (R\$)
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * dias úteis) - (Rem. * 6%)	R\$ -
B	Auxílio Alimentação	R\$ -
C	Auxílio Funeral	R\$ -
D	Kit Primeiros Socorros	R\$ -
E	CIPA e SESMT	R\$ -
F	Proragama de Qualificação ao Trabalhador	R\$ -
G	Seguro de Vida	R\$ -
H	Outros (especificar)	R\$ -
I	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	26,01%	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	33,80%	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ -
Total		59,81%	R\$ -

MÓDULO 3		PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre API		0,03%	R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	R\$ -
D	Incidência de GPS, FGTS sobre o API e APT		0,66%	R\$ -
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho		4,00%	R\$ -
Total			7,05%	R\$ -

MÓDULO 4		CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
----------	--	--	--	--

Submódulo 4.1		Substitutos nas Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais		0,28%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Licença Paternidade		0,04%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho		0,33%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		0,06%	R\$ -
Total			0,71%	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ -
Total		R\$ -

MÓDULO 5		INSUMOS DIVERSOS	VALOR (R\$)
A	Uniformes		R\$ -
B	Material		R\$ -
C	Materiais de Consumo Duráveis		R\$ -
D	Equipamentos		R\$ -
E	EPI's		R\$ -
F	Outros		R\$ -
Total			R\$ -

MÓDULO 6		CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos		0,00%	R\$ -
B	Lucro		0,00%	R\$ -
C	Tributos		8,65%	R\$ -
	C.1.1 Tributos Federais (PIS)		0,65%	R\$ -
	C.1.2 Tributos Federais (COFINS)		3,00%	R\$ -
	C.1.3 Tributos Tributos Federais CPRB)		0,00%	R\$ -
	C.3 Tributos Municipais (ISS)		5,00%	R\$ -
Total			13,54%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			VALOR (R\$)
A	Módulo 1	Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3	Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5	Insumos Diversos	R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ -
F	Módulo 6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
Valor Total por Empregado Mensal			R\$ -
Valor Mensal pela quantidade de empregados			R\$ -
Valor Anual pela quantidade de empregados			R\$ -